



## O CONCEITO DE HÁBITO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE MÍDIA E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Lais Boveto – UEM

**Resumo:** Analisaremos, neste texto, como o conceito de hábito pode auxiliar o pedagogo na compreensão da educação da criança. A abordagem será realizada no campo da história da educação, com o intuito de refletir sobre o papel de autoridade educativa atribuído à mídia na formação infantil. Com base na ideia, desenvolvida por Neil Postman, de que a infância tende a desaparecer na medida em que a televisão assume o papel de educadora, procuramos formular questões que nos levem a refletir sobre a responsabilidade do adulto na formação intelectual e moral da criança. Observamos que é possível identificar, em diferentes épocas – inclusive, e essencialmente, no presente –, características educacionais que se mantêm e servem de fundamento para o exercício da pedagogia. Neste sentido, no pensamento de educadores como Aristóteles, São Jerônimo e Tomás de Aquino, encontramos um entendimento de formação humana que, para ser bem-sucedido, deve iniciar desde a mais tenra infância.

**Palavras-chave:** Hábito. Pedagogia. Autoridade educativa. História da educação.

Entre os principais motivos para o ‘desaparecimento da infância’ previsto por Neil Postman (1999), está o acesso aos meios informacionais por parte das crianças, especialmente a televisão. A análise do autor indica que para a criação do conceito de infância três elementos são essenciais: a alfabetização, a educação e a vergonha. É necessário que exista uma diferenciação nítida entre o universo adulto e o universo da criança. Essa diferença, conforme Postman, só passa a ser percebida, de fato, com a criação da prensa de Gutenberg que dissemina a escrita e, portanto, a leitura como meio informativo e formativo. A educação depende, dessa maneira, de um adulto que saiba ler e escrever e uma criança que não saiba.

As crianças são um grupo de pessoas que *não* sabem certas coisas que os adultos sabem. Na Idade Média não havia crianças porque não havia para os adultos meio de contar com informação exclusiva. Na Era de Gutenberg surgiu esse meio. Na Era da Televisão ele se dissolveu.

[...] Com a revelação rápida e igualitária de todo o conteúdo do mundo adulto pela mídia elétrica, várias conseqüências profundas se fizeram notar. Primeiro, a idéia de vergonha se diluiu e desmistificou. (POSTMAN, 1999, p. 99).

Observa-se que a existência da noção de infância é atribuída aos meios que a sociedade possui para divulgar – ou ocultar – informações. Desse modo, o texto impresso propiciou a diferenciação entre adultos e crianças e a televisão seria a responsável por diluir

essas diferenças. Segundo Postman, o desenvolvimento tanto da civilidade, quanto da alfabetização dependem de um longo processo de aprendizagem que exige disciplina do corpo e da mente, ambos ensinados por adultos (POSTMAN, 1999, p. 102). Porém, com a revelação, produzida pela televisão, do conteúdo do mundo adulto à criança, a distinção de papéis se torna desnecessária e o adulto, conseqüentemente, é destituído de sua autoridade.

Parece que estamos retornando às condições do século quatorze quando nenhuma palavra era considerada imprópria para os ouvidos de um jovem. Diante de tudo isso, tanto a autoridade do adulto quanto a curiosidade da criança perderam terreno. Pois, como a vergonha e as boas maneiras, estão enraizadas na idéia dos segredos. As crianças são curiosas porque não conhecem ainda o que suspeitam que há para conhecer; os adultos têm autoridade em larga medida porque são a principal fonte de conhecimento. (POSTMAN, 1999, p. 103).

A tese de Postman é de que a fase adulta e a infância tendem a se fundir em uma só etapa de vida, pois os elementos que as diferenciam, pouco a pouco, tendem a se diluir. Na passagem acima, observamos que, para o autor, a televisão apossou-se da autoridade antes atribuída aos adultos. Assim, os hábitos, até então, ensinados pelos adultos às crianças são agora ‘ensinados’ pela televisão.

Recorremos à abordagem de Postman, pois, neste texto, pretendemos abordar uma perspectiva do conceito de hábito<sup>1</sup> que nos auxilie a compreender o papel de autoridade que a mídia assumiu na educação infantil. No decorrer de nossa formação, desde as pesquisas de Iniciação Científica, temos nos ocupado com o estudo deste conceito na história da educação, o que tem colaborado para a formulação de percepções, especialmente, no que concerne à educação infantil. Para esta análise, utilizaremos a perspectiva da longa duração, na qual está presente a noção de continuidade e movimento da história, ou seja, há rupturas, crises e uma profusão de ideias e fatos, mas, por outro lado, há permanências que nos permitem compreender o tempo atual por meio do conhecimento do passado.

## O conceito de hábito

---

<sup>1</sup> Destaca-se que optamos por não tratar do conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu (1930-2002), pois que, para este autor, o conceito é um mediador entre ações individuais e sociedade. Aproxima-se mais daquilo que entendemos por cultura, pois, relaciona-se à adaptação do indivíduo à uma conjuntura – ou ‘situação’. Segundo Bourdieu, *habitus* pode ser considerado um conjunto de disposições que integra “[...] todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas [...]” (BOURDIEU apud SETTON, 2002, p. 62).

Sabemos que o homem é um ser historicamente constituído e que depende da vida em sociedade para exercer atributos próprios da humanidade<sup>2</sup>. Aprendemos esses atributos na convivência social, não nascemos com eles. Assim, por exemplo, um homem não nasce honesto, mas aprende a sê-lo por meio da educação que receberá desde a infância. Nesse mesmo sentido, um homem não nasce um cidadão, aprende a ser cidadão por meio da educação que receberá dos pais e de outros meios sociais, no contato com outras pessoas que participarão de seu processo educacional.

Neste sentido, honestidade, cidadania e outras virtudes são hábitos que se desenvolvem com a prática. É preciso agir com honestidade para ser honesto e com cidadania para ser cidadão. Esta perspectiva é proveniente de Aristóteles, para quem o hábito é uma ação praticada com regularidade intencional e que define o comportamento das pessoas.

Sendo a virtude, como vimos, de dois tipos, nomeadamente, intelectual e moral, a intelectual é majoritariamente tanto produzida quanto ampliada pela instrução, exigindo, conseqüentemente, experiência e tempo, ao passo que a virtude moral ou ética é o produto do hábito, sendo seu nome derivado, com uma ligeira variação da forma, dessa palavra. E, portanto, fica evidente que nenhuma das virtudes morais é em nós engendrada pela natureza, uma vez que nenhuma propriedade natural é passível de ser alterada pelo hábito. Por exemplo, é da natureza da pedra mover-se para baixo, sendo impossível treiná-la para que se mova para cima, [...]. As virtudes, portanto, não são geradas em nós nem através da natureza nem contra a natureza. A natureza nos confere a capacidade de recebê-las, e essa capacidade é aprimorada e amadurecida pelo hábito (ARISTÓTELES, *Ética*, liv. II, 1, § 1).

O Filósofo expressa que a virtude moral não nos é concedida pela natureza, pois aquilo que a natureza propicia não é modificável pelo hábito. Observa-se que, para Aristóteles, as características que temos capacidade para adquirir não são desenvolvidas pela simples convivência, mas, sumamente, pela ação. Ao contrário das capacidades naturais, como a visão, por exemplo – não enxergamos pelo hábito de enxergar ou por enxergar repetidas vezes – as virtudes morais só podem ser desenvolvidas pelo exercício constante. Assim, Aristóteles afirma que “[...] a virtude moral ou ética é produto do hábito [...]” (*Ética*, L. II, 1, § 1), ou seja, para que o homem seja ético é necessário que tenha o hábito de agir de

---

<sup>2</sup> Em sua obra *Política*, Aristóteles afirmava que o homem é um animal político, no sentido em que precisa viver em sociedade para atingir aquilo que tem de melhor. “Mas aquele que for incapaz de viver em sociedade, ou que não tiver necessidade disso por ser auto-suficiente, será uma besta ou um deus, não uma parte do Estado. Um instinto social é implantado pela natureza em todos os homens, e aquele que primeiro fundou o Estado foi o maior dos benfeitores. Isso porque o homem, quando perfeito, é o melhor dos animais; porém, quando apartado da lei e da justiça, é o pior de todos; uma vez que a injustiça armada é a mais perigosa, e ele é naturalmente equipado com braços, pode usá-los com inteligência e bondade, mas também para os piores objetivos.” (ARISTÓTELES, *Política*, L. I, 2, § 10).

maneira ética. Contudo, como este hábito não é oferecido pela natureza, é necessário que o homem seja educado para exercê-lo até que seja, de fato, adquirido.

O mesmo ocorre com os vícios, que são opostos à virtude e, assim como elas, não são engendrados pela natureza: é pela ação constante que desenvolvemos maus hábitos e adquirimos características que consideramos negativas. Iniciamos este texto com a percepção de Postman, para quem a televisão é capaz de fazer desaparecer as características que tornam a infância uma etapa necessária. A mídia, em geral – anúncios, desenhos animados, jogos eletrônicos, programas infantis –, é alvo de análises que, frequentemente, apontam para os aspectos negativos dessas produções na educação infantil. A ideia que se estabelece é de que estes recursos podem gerar, ou motivar comportamentos e hábitos, tal qual um educador faria na família ou na escola. Entre esses hábitos, o consumismo é preponderante. “A televisão revela às crianças, na mais tenra idade, as alegrias do consumismo, o contentamento decorrente de comprar quase tudo – de cera para assoalho a automóveis.” (POSTMAN, 1999, 110). Segundo o autor, as propagandas revelam às crianças o lado mais agradável do universo adulto, são as ‘boas notícias’ do espaço televisivo, pois, indicam à criança que tudo o que o dinheiro pode comprar alivia ou ameniza as tensões, contrariedades e aborrecimentos da vida adulta.

Sob a ótica do conceito aristotélico de hábito<sup>3</sup>, é possível afirmar que vemos o consumismo como um vício e, como tal, é adquirido pelo hábito. Desse modo, é qualificada como consumista, a pessoa que compra compulsivamente. Portanto, a percepção de que algo extrínseco, como a televisão, compele o indivíduo ao hábito de praticar uma determinada ação é discutível. Evidentemente, as propagandas e programas televisivos são sedutores, já que foram elaborados para isso. As pessoas que formulam uma propaganda, para vender um produto ou serviço, farão o possível para convencer outras pessoas a comprarem, tentarão, inclusive, convencer de que o que se vende é absolutamente essencial para a vida. No entanto, se pensamos que o hábito depende de uma ação repetida, observamos que a mídia, efetivamente, não age de modo a tornar os indivíduos consumistas. Cada pessoa toma sua própria decisão de agir e, portanto, assimila e assume uma determinada qualidade comportamental. É possível observar que essa decisão de agir é profundamente influenciada pela educação recebida socialmente. Assim como uma criança não nasce honesta ou desonesta, não nasce consumista.

---

<sup>3</sup> Salientamos que estamos tratando do conceito e não tentando transpor a visão do Filósofo para nossa realidade.

Sabemos que escola e família são instituições tradicionalmente encarregadas da educação na infância. Porém, os recursos midiáticos – televisão, computador, internet, telefone celular, iPods –, frequentemente, vêm desempenhando, também, esse papel. É possível encontrar inúmeros exemplos para este fato. Escolhemos citar aqui o caso da propaganda publicitária da Lilica Ripilica veiculada em *outdoors* em 2008<sup>4</sup>. Naquela ocasião, a psicóloga Maria Helena Masquetti emitiu um parecer que fez parte da denúncia contra a exposição de uma criança em pose sensual para a propaganda da marca. Conforme a psicóloga, a denúncia era fundamentada no enaltecimento da erotização precoce e na deturpação da imagem da inocência infantil.

As crianças se encontram numa posição natural de vulnerabilidade, razão pela qual necessitam ser rigorosamente protegidas. Por serem sujeitos em formação, elas não têm condições de julgar a intenção comercial por trás das mensagens a elas dirigidas. A comunicação mercadológica as atinge por todos os lados e, pelo poder de penetração que tem em suas vidas e na de seus responsáveis, assume um papel de autoridade. Assim, elas tendem a tomar as afirmações provenientes das mensagens como referências para a construção de sua identidade (MASQUETTI, 2008, p. 1).

A psicóloga chama a atenção para o aspecto que apontávamos. A mídia tornou-se uma autoridade na vida das pessoas, especialmente, das crianças. Por meio dela, a infância vem sendo educada e adquirindo sua identidade. Vemos que o problema do consumismo, ao lado da erotização e da ‘adultização’ precoce, é apontado como uma questão a ser refletida. Isso porque o consumismo levaria ao individualismo e as crianças, em muitos momentos, têm a impressão que podem fazer suas próprias escolhas e tomar suas próprias decisões.

Neste ponto da nossa reflexão recorreremos às cartas de São Jerônimo<sup>5</sup> (340/350 – 419 d.C.), nas quais observamos que a proposta pedagógica é destinada à formação cristã, especialmente, da criança. Na *Carta a Leta*, São Jerônimo orienta a educação da neta de Santa Paula que, por ter sido consagrada a Cristo, deveria receber uma educação adequada para que sua alma se tornasse templo do Senhor. A proposta envolve desde a alfabetização e instrução, até a formação de hábitos e a educação espiritual.

O modo de vestir, diz ele, deve recordar-lhe para quem está prometida. Por isso, nada de furar as orelhas para os brincos, nada de alvaiade e carmim no

---

<sup>4</sup> No site do Instituto Alana é possível encontrar informações detalhadas a respeito do processo judicial gerado pela veiculação da propaganda. <http://www.alana.org.br/CriancaConsumo>.

<sup>5</sup> Utilizamos a tradução de Ruy Nunes na obra *História da Educação na Antiguidade Cristã*. Como os comentários de Nunes entremeiam as traduções das Cartas, optamos por referenciar as citações com Nunes e não com São Jerônimo.

rosto. Ela também não deve usar pedras preciosas ou ouro no pescoço nem jóias na cabeça, nem pintura nos cabelos. Os pais devem estar atentos a tudo isso na educação das filhas, pois deslizamos com facilidade para o precipício dos vícios e, antes de os meninos atingirem a idade do senso crítico e da responsabilidade pessoal, todo o encargo da educação corre por conta dos pais, que responderão a Deus pelo modo como educaram os seus filhos. (NUNES, 1978, p. 181).

Vemos que a proposta de são Jerônimo é destinada à Paula, mas estendida a todas as crianças. A preocupação com os adornos indica que o educador importava-se com a influência destes na formação de vícios. Uma menina prometida a Cristo deveria aprender a dar mais valor aos “códices divinos” do que às joias e à seda (1978, p. 183). A educação da menina não ocorria, como é possível notar, em um lugar específico, mas durante toda sua vida, em cada momento de convívio com o outro. Assim, os criados, as amigas, os pais, o mestre, todos eram responsáveis por essa educação. Por este motivo, o papel dos pais em escolher aqueles que participariam do processo educacional era sumamente importante. Os criados deveriam comportar-se bem, para não servirem de mau exemplo. O mestre deveria ser escolhido “pela sua idade, vida e instrução” (1978, p. 181) e deveria cuidar da pronúncia das palavras<sup>6</sup>. “A boa pronúncia implanta-se desde os mais tenros anos.” (1978, p. 181). Dessa maneira, para educar Paula, são Jerônimo partia do princípio de que o ser humano tem uma inclinação natural para adquirir vícios de linguagens e costumes. E, desta maneira, a educação na infância deveria ser cuidadosa até que os meninos – e meninas – tivessem senso crítico para fazer suas próprias escolhas. O cuidado não era somente em termos de conteúdo, mas de comportamentos e exemplos, ou seja, são Jerônimo percebia que a criança não aprenderia somente aquilo que era intencionalmente ensinado a ela, mas, também aquilo que visse os adultos fazerem. Destaca-se, portanto, que havia um projeto bem definido para educar uma criança que, necessariamente, viria a ser um adulto. Da mesma forma que ocorria na Idade Média, a formação não era destinada à criança de forma especial, mas, ao ser humano de

---

<sup>6</sup> Outro autor contemporâneo a são Jerônimo, são João Crisóstomo (347-407), faz a seguinte observação sobre os jovens e a responsabilidade dos pais de sua época na escolha do mestre: “A maior parte dos nossos jovens, afirma, é pior do que os enocentauros que vivem no deserto e, dominados por selvagem concupiscência, escoiceiam a torto e a direito, correndo desenfreados sem a mais leve idéia dos seus deveres. Os grandes culpados são os pais, que cuidam muito bem dos seus cavalos mas deixam os filhos perderem a pureza [...]. Cuidamos mais dos nossos asnos e cavalos do que dos nossos filhos. Quem tem uma mula, procura arranjar um bom arrieiro que não seja tonto, ladrão nem borracho, mas conheça bem o seu ofício. No entanto, quando se trata de dar um mestre para a alma do menino, apanhamos o primeiro que se apresenta. Ora não há arte superior à educação, pois o que há de comparável a formar uma alma e a plasmar a inteligência e o espírito de um jovem? Quem professa essa ciência deve proceder com mais escrupulo do que qualquer pintor ou escultor na sua obra. Mas nós não nos importamos com isso. Só nos preocupamos com a instrução nas letras, com o preparo lingüístico dos meninos e, o que é pior, só nos empenhamos nisso por dinheiro. E o jovem, por sua vez, não aprende a falar para falar bem, mas para ganhar dinheiro, pois se fosse possível ganha-lo sem isso não se importaria nem um pouco com o trabalho da instrução.” (NUNES, 1978, p. 155)

forma integral. Educava-se uma criança para que fosse um adulto com determinadas características, essenciais para a vida em comum.

Essa percepção é indicada, também, por Tomás de Aquino (1224 – 1274), no século XIII<sup>7</sup>. Fundamentando-se no pensamento aristotélico, indica como o ensino (ou instrução) atua sobre o intelecto, e o hábito atua sobre as virtudes. A percepção aristotélica de virtude intelectual, que se adquire pelo ensino, e virtude moral, que se adquire pelo hábito, permanece no pensamento de Tomás de Aquino. A mente humana possui naturalmente o intelecto, porém, ele só é ativado e utilizado com a educação e com a aquisição de conhecimentos.

Na realidade, as formas naturais, sim, são preexistentes na matéria, não em ato (como pretendiam alguns), mas somente em potência, e são conduzidas ao ato por um agente extrínseco próximo (e não só pelo primeiro agente, como pretendiam outros). E algo de semelhante, segundo Aristóteles em *VI Ethicorum* [11], ocorre com os hábitos das virtudes antes de seu pleno aperfeiçoamento: preexistem em nós em certas inclinações naturais que são como que incoações das virtudes, mas só pelo posterior exercício das obras da virtude são levadas à devida consumação. (TOMÁS DE AQUINO, *De magistro*, art. 1, Solução § 5).

É necessário, portanto, conhecer em ato aquilo que, em princípio, só existe em potência. O conhecimento é que move (e comove) o ser humano e quanto mais nos aproximamos da compreensão de nossa existência, da verdade, mais nossas ações tenderão à virtude da prudência. O hábito é, segundo Tomás de Aquino, o aperfeiçoamento das virtudes que existiam somente em potência. Do mesmo modo que em Aristóteles, as ações é que determinam as características que qualificarão o homem como bom ou mau. Para ser, por exemplo, considerado prudente um homem não saberá somente o que significa prudência, mas, praticará suas ações de acordo com o que ele conhece como prudência.

Neste sentido, tanto Aristóteles no século IV a.C., quanto são Jerônimo no século IV d.C e Tomás de Aquino no século XIII, indicam que a formação de hábitos é essencial para a educação do ser humano. Educar pressupõe não somente um elenco de conteúdos

---

<sup>7</sup> É importante mencionar que muitos outros textos medievais indicam projetos de educação da criança. Alguns são dirigidos diretamente à criança, mas, sempre apresentam um caráter universal, entre as obras podemos citar: a *Regra de São Bento* no século VI, o *Diálogo entre Pepino e Alcuíno* do século VIII, o *Manual para o meu filho* de Dhuoda no século IX, a peça *Sabedoria* escrita pela monja Rosvita no século X, a obra *Doutrina para crianças* de Ramon Llull do século XIII, entre outras. Mesmo as obras que não são destinadas precisamente à educação das crianças, são direcionadas à formação do homem desde o início de sua vida. O projeto educacional cristão deve, necessariamente, principiar desde a infância para que os hábitos sejam desenvolvidos. Já na Antiguidade Cristã, os autores percebiam com clareza que o período adequado para iniciar os ensinamentos era a infância. “São João Crisóstomo não se cansa de lembrar quão difícil é lidar com os jovens, que trabalhos impõe a sua educação. [...] O importante é dar início seguro à educação. Se isso for conseguido, não se precisará depois de muito trabalho, já que o costume se tornará lei para o jovem, e os bons hábitos tornar-se-ão, como se diz, uma segunda natureza.” (NUNES, 1978, p. 156).

disciplinares, mas o ensino-aprendizagem de comportamentos e costumes. Assim como para são Jerônimo, o homem não nasce cristão, mas torna-se cristão, é possível afirmar que uma criança não nasce civilizada, aprende a viver socialmente se for ensinada, tanto pela instrução, quanto pelo hábito.

### **Projeto educacional**

Com as pesquisas que temos realizado em textos antigos e medievais, observamos que o estudo e a leitura foram fundamentais para o projeto de educação cristã. A educação, voltada essencialmente para as questões espirituais, necessitava que o homem desenvolvesse determinados hábitos desde muito cedo para que fosse possível atingir ao seu intento. O temor a Deus, a prática do bem e o desapego aos bens materiais eram os principais objetivos a serem atingidos. Como vimos em são Jerônimo, a boa formação do mestre também é imprescindível e o comportamento exemplar dos adultos é importante para uma formação que envolva hábitos, valores e conteúdos<sup>8</sup>. Com efeito, havia uma definição muito clara de quais características as crianças possuíam, quais deveriam desenvolver e da formação que o mestre precisava para alcançar esses objetivos.

Com base nessas considerações, propomo-nos a refletir sobre a forma como pensamos a educação da criança atualmente. É possível encontrar referências à criança em diversos meios, os quais, muitas vezes, apontam tanto uma percepção do período correspondente à infância, quanto um ideal de formação. No Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, define-se criança as pessoas com até doze anos incompletos (art. 2º) e atribui-se à sociedade em geral (família, poder público, comunidade) o dever de assegurar os seus direitos básicos.

---

<sup>8</sup> “Diz Quintiliano [em *Educação do Orador*] que as crianças devem receber um ensino atraente, correspondente à sua idade, de tal modo que o estudo se torne um jogo agradável; as crianças recebam perguntas e aplausos, e tenham despertado o seu espírito de concorrência, recebendo, por mérito, prêmios adequados à sua idade. E quando o menino começar a aprender a escrever, aconselha Quintiliano, será muito bom que se sirva de uma tabuinha onde possa gravar as palavras com o estilete através dos sulcos que assegurem o traçado das letras. Isso dará firmeza aos seus dedos e ele não precisará ter a mão do mestre sobre a sua para dirigi-la. Não se trata de um cuidado à toa, uma vez que é de importância capital na educação aprender a escrever bem e depressa.” (NUNES, 1978, p. 180).



Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

O direito à educação é assegurado pelo Estatuto que informa que toda a sociedade é responsável por seu cumprimento. Desse modo, todo adulto imputável está incumbido de garantir educação de qualidade e será punido tanto por ação quanto por omissão. A legislação prevê, portanto, que o adulto seja responsabilizado e/ou punido quando a criança não for atendida em seus direitos, ou quando for atendida de forma inadequada.

Já no Referencial Curricular para a Educação Infantil de 1998, encontra-se a seguinte definição:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas. (BRASIL, 1998, p. 21).

Na sequência, afirma-se que a criança aprende com outras pessoas por meio dos vínculos estabelecidos. A aprendizagem interativa é apresentada como ideal para formar cidadãos solidários e cooperativos. A passagem que destacamos acima informa que a criança nasce com capacidades e o desejo de interação e aprendizagem. A percepção que se estabelece é a de que a convivência com o outro torna a criança um adulto capaz de praticar a cidadania. Cabe aos adultos criar situações, oportunidades de interação e mediar as capacidades das crianças para que se desenvolvam plenamente.

Vemos, de antemão, uma concepção de criança como um ser que nasce com capacidades desenvolvidas para viver socialmente. À educação e aos adultos, cabe a intermediação entre a criança – que já nasce propensa a aprender e conviver – e a realidade, ou meio social. A partir dessa percepção, o projeto proposto pelo documento é destinado a formar cidadãos solidários e cooperativos. Na escola, especificamente, o objetivo é ampliar as relações sociais para que as crianças se sintam seguras para se expressar, “[...] podendo

aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.” (BRASIL, 1998, p. 21).

Retomamos, neste momento, o tema da autoridade da mídia como educadora. Segundo dados do Instituto Alana<sup>9</sup>, em 2006, os investimentos publicitários destinados à categoria de produtos infantis foram de mais de duzentos milhões de reais. Evidentemente, este dinheiro foi gasto com bastante objetividade pelos anunciantes para atingir um público que, segundo pesquisas do IBOPE (2007), passa em média quase cinco horas assistindo à programação televisiva. Assim, essa criança que passa horas submetida à autoridade televisiva está sujeita, segundo defende o Instituto, ao consumismo infantil. Este é um problema que, de acordo com a instituição, não está ligado somente à educação escolar e doméstica.

Embora a questão seja tratada quase sempre como algo relacionado à esfera familiar, crianças que aprendem a consumir de forma inconsequente e desenvolvem critérios e valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética, econômica e social.<sup>10</sup>

Portanto, observa-se, nos documentos acima, que a criança é percebida como um ser cuja fragilidade leva à criação de instituições que a protejam. Os valores da cidadania fazem parte do projeto educacional que temos atualmente e toda a sociedade é responsável pela garantia dos direitos da infância. Entre os impeditivos para que esse projeto se desenvolva, a mídia é considerada um problema social que deve ter seu papel de autoridade na educação infantil combatido.

A reflexão, a partir dos conceitos e propostas educativas da Antiguidade e do Medievo, leva-nos a indagar o quanto somos responsáveis pelo exercício da autoridade midiática. É possível, inclusive, discutir a abstração do termo ‘autoridade midiática’, uma vez que essa autoridade é, também, exercida por pessoas que fazem parte dessa mesma sociedade responsável pela proteção da criança. Se, por um lado, na Antiguidade Cristã, ou na Idade Média, os educadores possuíam certa clareza sobre ‘quem’ e ‘para quê’ a formação era destinada e elaborada; nos dias de hoje, questionamos se temos essa mesma objetividade. A autoridade que hoje atribuímos à mídia é semelhante àquela que são Jerônimo atribuíam, na Antiguidade cristã, aos pais.

Ao atribuir à instituição midiática o papel de educadora, é natural pensarmos que ela exercerá esse papel de acordo com os seus interesses. Mas, o que é fundamental que seja

<sup>9</sup> Esta instituição possui um projeto denominado *Criança e Consumo*, que combate qualquer tipo de comunicação mercadológica direcionada às crianças.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/ConsumismoInfantil.aspx>.

apontado é que estes interesses coincidem com um público consumidor. Não podemos esquecer que são pessoas adultas que produzem o conteúdo midiático e que este é destinado a um público formado por pessoas, também, adultas – aquelas que tem a possibilidade de consumir, de despende dinheiro em troca dos produtos anunciados.

No caso do *outdoor* acima mencionado, da marca de roupas infantis *Lilica Ripilica*, questionamos: a empresa divulgou uma imagem de criança que ela deseja formar? A intenção da empresa, nesse caso, seria educar jovens meninas para se parecerem com mulheres? Ou ela, com o intuito de vender seu produto, seguiu uma imagem já existente e que faz parte das fantasias de mães e filhas? Uma boa observação em uma sala de aula de escolas públicas e privadas pode esclarecer essa questão. As meninas, desde a educação infantil, apresentam-se na escola com maquiagens, esmalte nas unhas, todo o material escolar é temático (Hello Kitty, Princesas, Barbie, Polly, etc) e o interesse pelo que o professor está dizendo é, muitas vezes, menor do que a necessidade de admirar e utilizar todos esses objetos. Podemos encarar estes fatos de duas formas bem distintas: ou indicamos que é a ‘mídia’ a responsável por educar nossas crianças, ou vamos ao fundo do problema e questionamos quem decide o que a criança pode ou não utilizar na escola? Quem compra os produtos infantis? A criança com a qual nos preocupamos atualmente tem condições de escolher e decidir, ao contrário da criança a qual são Jerônimo direciona suas palavras?<sup>11</sup>

É neste sentido que analisamos a concepção de criança na história da educação, procurando compreender o que temos de permanente<sup>12</sup> e, portanto, relevante para constituir um projeto educacional.

### **Algumas considerações**

Consideramos de vital importância ao profissional da pedagogia refletir sobre conceitos relativos ao seu campo de atuação. Compreender as noções que fundamentam a

---

<sup>11</sup> Ao final da obra *O desaparecimento da infância*, Postman dedica os dois parágrafos finais do texto à seguinte indagação: “Será o indivíduo impotente para resistir ao que está acontecendo?” (1999, p. 166). Sua resposta é não. Mas, salienta que os pais e professores que se propõem a resistir ao que ele indica ser a ‘cultura americana’, enfrentam inúmeras dificuldades e podem ser considerados rebeldes. Em sua opinião, a maioria dos pais não está disposta a enfrentar as dificuldades de uma educação diferenciada, contudo, aqueles que se empenham nisso criam um efeito que ele denomina ‘Efeito Mosteiro’, que ajuda a manter viva a tradição humanitária e cria uma espécie de ‘elite intelectual’.

<sup>12</sup> Concordamos com Durkheim (1858-1917) quando este afirma que a história é essencial para a formação do educador, pois, propicia uma noção ampliada da humanidade e “[...] nos faz entender melhor tudo quanto há de pobre e magro, de enganoso, na noção que podemos obter através da observação imediata de nós mesmos [...]” (DURKHEIM, 2002, p. 307). Para Durkheim, a história é relevante no sentido em que permite o reconhecimento de que não somos somente o que aparentamos no presente; temos em nós as humanidades que têm se sucedido no decorrer da história.

prática do educador abre espaço ao desenvolvimento de práticas mais efetivas e coerentes com a formação que julgamos ser ideal. A intenção ao pesquisar conceitos na história da educação, evidentemente, não é oferecer, diretamente, soluções ou modelos de conduta, mas, esclarecer nosso próprio modo de observar e assumir a realidade.

Evidentemente, quando pesquisamos os textos antigos e medievais não procuramos as respostas que aqueles homens ofereceram para a educação de seu tempo para aplicá-las nos dias de hoje. A preocupação educacional, como vimos, existia na Idade Média, como também, na Antiguidade. Contudo, as necessidades humanas eram outras e, por conseguinte, o homem medieval não é comparável ao moderno e nem este àquele. É preciso compreender o comportamento humano dentro do contexto em que existiu, para que seja possível vislumbrar os aspectos que nos permitiram chegar aos conceitos atuais relativos à educação infantil.

Observamos que no pensamento educacional de Aristóteles, são Jerônimo e Tomás de Aquino, o homem é percebido de maneira integral. A criança não é desconsiderada, pois, toda a formação humana depende de principiar o ensino de hábitos desde a mais tenra infância. Essa é uma percepção que os homens já desenvolviam desde a Antiguidade, como vemos na obra *Ética a Nicômaco*, na qual Aristóteles afirma: “Daí a importância, salientada por Platão, de ter sido decididamente treinado desde a infância a gostar e não gostar das coisas apropriadas: este é o significado da boa educação.” (L. II, 3, § 2). Os homens medievais não deixaram de lado este pensamento, pois, também precisavam desenvolver desde cedo as características que consideravam importantes para a vida social. A ideia de que devemos ensinar a criança desde cedo se aplica à leitura, à escrita e, também, aos comportamentos. Aquilo que pretendemos que o ser humano desenvolva como características para a vida social é o conteúdo principal de nosso projeto educacional. Esta é uma das noções educacionais que permanecem no decorrer da história.

Outra noção permanente é de que para ensinar, seja no que concerne à alfabetização ou ao comportamento, o adulto precisa conhecer e se responsabilizar pelo conhecimento que será ensinado. Isso nos leva a questionar a autoridade da mídia como algo, aparentemente, desvinculado da autoridade dos adultos. Todos os autores mencionados neste texto, em diferentes períodos, reconheceram as dificuldades para educar os jovens. São Jerônimo, por exemplo, não desconsidera os problemas mundanos ao propor seu projeto de educação. Pelo contrário, parte da premissa de que os homens possuem imperfeições, por isso a educação é indispensável, assim como, é isso que torna necessário o desenvolvimento de bons hábitos desde a infância. Desse modo, para São Jerônimo, é responsabilidade do adulto oferecer à criança uma educação que propicie a formação de virtudes e a afaste dos vícios. A nosso ver,

a educação, neste sentido, não tem por objetivo extirpar os vícios da sociedade, mas, sim, habituar os homens a agir virtuosamente para possibilitar uma sociedade com costumes menos nocivos à convivência.

Com isso, entendemos que pensar sobre os problemas educacionais de hoje significa buscar, constantemente, a origem desses problemas. Direcionar nossos esforços ao que há de essencial e permanente na formação do homem, para que possamos evitar equívocos que causam a impressão de que a origem do problema é extrínseca ao próprio ser humano.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru, SP: Edipro, 2009.

\_\_\_\_\_. Política. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes médicas, 2002

MASQUETTI, M. H. **Parecer psicológico sobre outdoor da grife Lilica Ripilica**. Disponível em: <http://www.alana.org.br>. Consulta em: 18/02/2012.

NUNES, R. A. da C. **História da educação na antiguidade cristã**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1978.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, mai-ago 2002, p. 60-154. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE20/RBDE20\\_06\\_MARIA\\_DA\\_GRACA\\_JACINTHO\\_SETTON.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE20/RBDE20_06_MARIA_DA_GRACA_JACINTHO_SETTON.pdf). Consulta em: 21/01/2012.

TOMÁS DE AQUINO. **De magistro**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.